

Máximo lucro, zero cuidado

GESTÃO Multiplicaram-se as tragédias ligadas à meta de maximizar resultados adotada pela Vale e cresce a pressão para diminuir os privilégios dos ricos

POR CARLOS DRUMMOND

A certa quem atribui à conhecida diretriz da Vale de maximização dos lucros a causa das tragédias de Brumadinho e Mariana, sugere a crescente contestação internacional daquele princípio do mundo corporativo levado ao extremo sob o neoliberalismo, com multiplicação de catástrofes. Assim como a companhia brasileira, foram acusadas de dar prioridade à maximização dos lucros em prejuízo da segurança das pessoas e do meio ambiente a britânica BP no episódio do vazamento gigante de petróleo no Golfo do México em 2010, a estadunidense Merck na liberação para consumo do analgésico Vioxx em 2004 sem o devido aviso aos médicos sobre o risco de o medicamento provocar infarto e a japonesa Takata por cortar inspeções de segurança de airbags em 2009, 2010 e 2011, causa de sete mortes em acidentes de automóvel na Malásia e nos EUA quando o equipamento explodiu, para ficar em três exemplos.

Caso a Vale sobreviva à avalanche de processos e ações movidos no País e no exterior que a responsabilizam

pelo rompimento da barragem em Brumadinho (MG) no mês passado, com 165 mortes confirmadas, 155 desaparecidos e 138 desabrigados até a segunda-feira 11, terá ainda de enfrentar o risco nada desprezível de eventuais prejuízos provocados pelas políticas irracionais de comércio internacional e de relações exteriores do governo Bolsonaro, que põem em perigo parte das exportações do País com suas provocações ideológicas e ofensas aos principais parceiros comerciais do País, inclusive a China, maior importadora do minério produzido pela companhia.

Perseguir sempre o máximo de lucros e de valor para o acionista multiplica as probabilidades de danos ao meio ambiente e à sociedade, denunciam inúmeros economistas e analistas, enquanto aumenta a escalada da desigualdade e cresce a pressão por uma tributação substancial da alta renda. Essa convergência engrossa o clamor pelo controle social das empresas que, em proporções significativas, ocultam lucros em paraísos fiscais, não investem em empreendimentos novos geradores de empregos e ainda



capturam governos e Paramentos para determinar as regras às quais deverão se submeter conforme amplamente noticiado no caso da Vale, por exemplo.

“Existe uma crença comum de que os diretores corporativos têm o dever legal de maximizar os lucros corporativos e o ‘valor para o acionista’ mesmo que isso signifique ignorar regras éticas, prejudicar o meio ambiente ou os funcionários. Mas essa crença é totalmente falsa”, chama atenção Lynn Stout, professora emérita de direito corporativo e empresarial da Escola de Direito de Cornell

MAURO PIMENTEL/AFP



TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág. 41

Luiz Gonzaga Belluzzo.
Brumadinho e o capitalismo



Norma. Para a Vale do rompimento da barragem em Brumadinho e várias outras grandes empresas, lucrar o máximo sempre e no prazo mais curto é lei à qual tudo mais é submetido

e autora do livro *O Mito do Valor para o Acionista: Como colocar os acionistas em primeiro lugar prejudica os investidores, corporações e o público*. A lei corporativa moderna, diz, não exige que corporações com fins lucrativos busquem lucro à custa de todo o resto, e muitas não o fazem.

Roger Martin, reitor da Escola Rotman de Administração da Universidade de Toronto, vai mais longe ao apontar que a maximização do valor para o acionista é, na verdade, uma maneira ruim de administrar um negócio. A convicção quanto à centralidade de se buscar

o resultado maior possível “está tão profundamente arraigada que muitas pessoas assumem que as empresas são legalmente obrigadas a maximizar o valor para os acionistas, o que é falso”, dispa-

Questão de fé:
diretores **têm de**
multiplicar ganhos
mesmo com danos
ambientais e humanos

ra Mark Kramer, cofundador e diretor-administrativo do Instituto para Estratégia e Competitividade da Escola Harvard Kennedy de Governo.

Seria então uma coincidência a Vale, a British Petroleum, a Merk, a Tanaka e inúmeras outras companhias priorizarem a maximização dos lucros sem cuidar das consequências disso? Ou se trataria de uma espécie de “má índole” intrínseca à própria atividade empresarial como parecem crer, por exemplo, alguns procuradores da Lava Jato em relação às empreiteiras? Não é nada



disso, mostram com clareza análises como a do historiador Jürgen Kocka, da Universidade Humboldt de Berlim. O que houve foi uma transformação profunda e abrangente do capitalismo e do mundo empresarial e a busca incessante do lucro máximo no menor prazo resulta de múltiplos fatores interconectados. A Segunda Revolução Industrial, ensina Kocka, ocorrida entre o fim do século XIX e o início do século XX, significou não apenas a ascensão espetacular de ‘novas indústrias’ na fabricação de equipamentos elétricos, produtos químicos e produção de veículos, a exploração inicial do petróleo como fonte de energia e o enorme aumento da importância da tecnologia e da ciência na produção industrial, mas ainda o surgimento de megaestruturas empresariais altamente complexas, sistematicamente estruturadas e elaboradamente coordenadas.

Segundo Kocka, esta foi uma profunda mudança de forma para o capitalismo. O que antes era a forma dominante de coordenação através de mecanismos de mercado passava a ser, com muito mais força, complementado pela coordenação que utiliza métodos organizacionais e quase políticos. “Isso foi chamado de ‘capitalismo organizado’, embora, apesar de todas as alianças e tendências monopolistas, a concorrência severa continuasse a ocorrer mesmo entre essas empresas gigantescas, com desafios competitivos que poderiam até ameaçar sua autonomia e sua existência”, complementa o professor.

Nas últimas décadas, o advento da “financeirização”, com a ascensão do que Kocka denomina ‘capitalismo do mercado financeiro’, mudou a qualidade do sistema. “A lógica do mercado de capitais agora penetra muito mais diretamente nas estratégias da empresa do que nos tempos em que a propriedade ou o capitalismo gerencial era o modelo distintivo. O mercado torna-se mais

onipresente e mais compulsivo. A margem de manobra para as administrações individuais das empresas diminui e elas tornam-se mais parecidas. Os representantes dos fundos exercem o controle, mas são controlados simultaneamente; eles exigem apresentação permanente de resultados, que eles próprios precisam sistematicamente preparar. Eles podem vender a qualquer



Apelo popular. A justiça fiscal estará no coração da campanha presidencial de 2020, segundo prevê Piketty (ao centro), que aplaude as propostas de Ocasio-Cortez e de Sanders para taxar rendas e heranças altas

momento suas posições em qualquer empresa e reestruturar seus portfólios, o que lhes dá grande poder. A volatilidade está em ascensão.”

Decisões importantes, sublinha Kocka, “são tomadas por diretores de fundos, banqueiros de investimento, corretores de ações, analistas e especialistas em classificação de riscos, que são administradores, mas geralmente falam em nome dos proprietários e representam seus interesses na obtenção de altos retornos. Eles geralmente não têm vínculos com os muitos empreendimentos cujo destino decidem, por assim dizer, de fora. Não estão particularmente interessados no conteúdo, tradições e agentes dessas empresas. Deliberam com base em indicadores usuais de desempenho e sinais sensíveis do mercado e são orientados unidimensionalmente para obter lucro ou valor para o acionista. É isso que eles devem fazer; caso contrário, prejudicarão seus fundos”.

A lógica de ferro da busca da maximização dos resultados só contempla a sociedade como fonte de mão de obra e de consumo, é possível concluir, e isso explica por que o movimento de tributação da alta renda ganha força no mundo, à exceção, claro, de países como o Brasil.

“A senadora de Massachusetts Elizabeth Warren, professora de direito de Harvard, que não é realmente uma devota do chavismo ou da guerrilha urbana, mas candidata declarada às primárias democratas de 2020, acaba de lançar o que sem dúvida será um dos pontos-chave da próxima campanha, ou seja, a criação pela primeira vez nos Estados Unidos de um verdadeiro imposto federal sobre a riqueza. Cuidadosamente elaborada por Emmanuel Saez e Gabriel Zucman (os mais renomados estudiosos dos paraísos fiscais na atualidade) e apoiada pelos melhores constitucionalistas, a proposta de Warren impõe uma taxa de 2% a fortunas entre 50

SAUL LOEB/AFP, ALEX EDelman/CNP/ZUMA WIRE/ FOTOARENA E COAST GUARD/ZUMAPRESS/FOTOARENA



milhões e 1 bilhão de dólares e 3% além de 1 bilhão”, destacou o economista Thomas Piketty em seu blog no *Le Monde*.

O projeto, detalha Piketty, “prevê também um imposto de saída equivalente a 40% da riqueza para aqueles que optarem por deixar o país e desistir da cidadania dos EUA. O imposto se aplicaria a todos os ativos, sem isenções, com sanções dissuasivas para indivíduos e governos que não fornecerem informações adequadas sobre ativos mantidos no exterior”. O debate apenas começou, prossegue o economista, e a escala proposta poderia ser ampliada e tornada mais progressiva com taxas de, por exemplo, 5% a 10% ao ano para multibilionários. “O que é certo é que a questão da justiça fiscal estará no coração da campanha presidencial de 2020. A representante nova-iorquina Alexandria Ocasio-Cortez propôs uma taxa de 70% sobre as rendas mais altas, enquanto Bernie Sanders defende uma taxa de 77% para

as grandes heranças. Se a proposta de Warren é a mais inovadora, as três abordagens são complementares e mutuamente enriquecedoras”, analisa Piketty.

Entre 1880 e 1910, prossegue o economista, à medida que a concentração da riqueza industrial e financeira se acelerou nos Estados Unidos, um poderoso movimento político por uma melhor distribuição se desenvolveu. Isso resultou na criação de um imposto de renda federal em 1913 e outro sobre heranças em 1916. “Entre 1930 e 1980, a taxa aplicada aos rendimentos mais altos foi em média 81% nos Estados Unidos e aquela aplicada às

Taxar a alta renda em 81% entre 1930 e 1980 tornou os EUA mais igualitários e produtivos

BP. Na calamidade do Golfo do México, a mesma pressão pelo lucro

grandes heranças, de 74%. Obviamente, isso não destruiu o capitalismo dos EUA, muito pelo contrário. Isso o tornou mais igualitário e produtivo”, destaca Piketty.

No Brasil, vários especialistas concordam com a análise dos economistas Sérgio Wulff Gobetti e Rodrigo Octávio Orair, de que uma causa importante da elevadíssima concentração de renda é que “a renda dos mais ricos provém predominantemente de dividendos e lucros distribuídos às pessoas físicas, que são isentos de imposto pela legislação brasileira”. O Brasil, mostraram ambos, é um dos poucos países do mundo que conferem esse tratamento tributário às rendas do capital, só se comparando a um caso no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o da Estônia. •